



409

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3

APELANTE: BANCO BMC S/A

APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

REVISOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. voto conjunto DAS APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SEM GRAVAME. BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE. SÚMULA Nº 92/STJ. EXTINÇÃO DA BUSCA E APREENSÃO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. ILÍCITO INEVITÁVEL. FORTUITO EXTERNO. AFASTABILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Julgamento conjunto das Apelações Cíveis nº 133.329-3, 133.334-4 e 133.317-3;

2. o caso dos autos encontra-se consubstanciado na Súmula nº 92 do Superior Tribunal de Justiça que apregoa: "*A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor.*". É incontroverso que quando os apelados adquiriram o veículo não havia qualquer anotação de alienação fiduciária firmada entre a instituição financeira e VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA. Inclusive porque no Certificado de Registro do veículo já constava outro proprietário, alheio à relação jurídica firmada aqueles;

3. A circunstância concernente a possibilidade de haver sido suprimido fraudulentamente o gravame do Certificado de Registro do veículo, frise-se, o que não é imputado ao adquirente, não vem a afastar a incidência da referida Súmula à hipótese;

4. Interpretação da Súmula nº 479/STJ. As instituições bancárias respondem pela atividade prestada com defeito ou que se realize com pontos vulneráveis para o patrimônio do consumidor, a exemplo de um delito ou fraude cometida por um terceiro que usa documentos falsificados ou que se apresenta com perfil falso e obtém um empréstimo. Tal circunstância não isenta o banco de pagar pelos danos consequentes do ilícito porque isso é considerado fortuito interno, isto é, não está incluído o requisito da externidade (estranha à atividade). Doutro lado, não haverá responsabilidade alguma para o banco quando a conduta delituosa que gerou o dano é por ele imprevisível e inevitável (fortuito externo). É a

1



AMO

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3610
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

hipótese dos autos. Apesar deste fato não obstaculizar a aplicação da Súmula nº 92 do STJ, tem ele o condão de inibir a condenação pelos danos advindos do ilícito à vítima;

6. Afastada a condenação do BANCO BMC S/A pelo pagamento dos danos morais, invertendo-se o ônus da sucumbência, mantendo-se, no entanto, a condenação do remanescente em relação a VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA que não apresentou recurso.

7. Apelações Cíveis de nº 133.329-3 e 133.334-4 improvidas. Apelação Cível nº 133.317-3 parcialmente provida.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento às Apelações Cíveis de nº 133.329-3 e 133.334-4 e, por oportuno, dar parcial provimento à Apelação Cível nº 133.317-3, tudo em conformidade com os votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e do Relatório que as integra.

Recife/PE, 08 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



392
S/

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3

APELANTE: BANCO BMC S/A

APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

REVISOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO

BANCO BMC S/A, ora apelante, ajuizou Ação de Busca e Apreensão, tombada no 1º grau sob o nº 001.2001.030140-3, contra **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, objetivando, em suma, a expedição de mandado a fim de reaver o veículo objeto do contrato, qual seja, "Marca: *FORD*; Modelo: *F-4000*; Ano: *1998*, CHASSI *9BFLF47G2WD001681*"; Cor: Branca; Placa: KLB6706", em virtude do inadimplemento da parcelas pertinentes. Realizadas as diligência de praxe, o bem foi apreendido com mercadorias em seu interior, conforme Auto de busca, Apreensão e Depósito de fls. 51 dos autos da AC 133.329-3.

No decorrer do processo, em paralelo, **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA** opuseram Embargos de Terceiro c/ Pedido de Antecipação de Tutela, em desfavor do **BANCO BMC S/A**, tombado sob o nº 001.2002.003781-4, intentando, em resumo, liminarmente: **a) a.1.** a suspensão da Ação de Busca e Apreensão, **a.2.** revogação da apreensão do veículo, **a.3.** decretação de indisponibilidade do bem e **a.4.** liberação das mercadorias; e, b) No mérito, **b.1.** a declaração de ineficácia do contrato de alienação fiduciária firmado entre o **BANCO BMC S/A** e **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, em virtude da sua condição de terceiro adquirente de boa-fé, **b.2.** a manutenção da posse direta, indireta e da titularidade da

df



393
SL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

primeira embargante do veículo já referenciado, **b.3.** a manutenção junto ao DETRAN/PE do nome da primeira embargante como proprietária do veículo em questão e **b.4.** a desconstituição de qualquer gravame ou ônus, advindo do contrato de alienação fiduciária colacionado nos autos da Ação de Busca e Apreensão epígrafada. Alegaram ter adquirido o bem sem quaisquer ônus ou gravames de uma terceira pessoa, comprovando, inclusive, a transferência do automóvel para o nome da primeira embargante, efetivada junto ao DETRAN/PE.

Noutro momento, **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA** propuseram uma Ação de Indenização por Dano Material e Moral, cumulados com Lucros Cessantes, tombada sob o nº 001.2003.052827-6, contra o **BANCO BMC S/A, VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA** e **FREDERICO JOSÉ AGUIAR**, sendo que este último foi excluído da lide na sentença. Argumentaram que a apreensão do veículo lhes trouxe danos de ordem material, posto que suas mercadorias foram apreendidas e, sendo perecíveis, findaram impróprias para o consumo e venda, além do que, ficaram impossibilitados de exercerem seu labor ante a ausência do automóvel para transporte de cargas. Requereram, assim, a condenação na indenização por tais danos, bem como, pelos danos morais, em razão do abalo à sua imagem.

Apensados os processos em virtude da conexão, por entender estarem devidamente instruídos, o MM. Juízo da 9ª Vara Cível da Capital os julgou simultaneamente, proferindo sentença única – às fls. 57/63 da Ação de Busca e Apreensão, fls. 215/221 dos Embargos de Terceiro e, fls. 319/325 da Ação Indenizatória, acima ventiladas.

Nela o magistrado de 1º grau julgou procedentes os Embargos de Terceiro, consolidando definitivamente a posse do veículo automotor descrito e caracterizado na inicial nas mãos dos embargantes, condenando a parte vencida (**BANCO BMC S/A e VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**) nas custas e honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.



394
SL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Na mesma oportunidade, decretou a extinção da Ação de Busca e Apreensão, com fulcro no art. 267, IV, do CPC, ante a ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, condenando a instituição financeira, autora, ao pagamento das custas e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

E, por fim, julgou procedente a Ação Indenizatória condenando os demandados no equivalente a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a título de danos morais, com juros de mora e correção monetária a partir do evento danoso, tudo no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada um dos demandados, além de custas e honorários calculados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da indenização.

Essa sentença, por sua vez, teve como consequência 03 (três) apelações cíveis, de nº 133.329-3 (Ação de Busca e Apreensão, fls. 67/86), 133.334-4 (Embargos de Terceiro, fls. 225/242) e 133.317-3 (Ação Indenizatória, fls. fls. 319/347), todas interpostas pelo **BANCO BMC S/A** que, irresignado com a solução emprestada ao caso, pugna pela reforma *in totum* da decisão de 1ª instância, aduzindo que o julgador *a quo* não poderia ter declarado extinta a ação de busca e apreensão entregando a posse e propriedade do veículo aos terceiros ora apelados, uma vez que o contrato de alienação fiduciária em garantia foi firmado por pessoas civilmente capazes, teve objeto lícito e vontade livre das partes.

Segue argumentando que a comercialização feita pelos terceiros/apelados com o veículo objeto da contenda foi reconhecidamente irregular, envolta num esquema fraudulento, visando prejudicar o banco credor.

Requer, assim, a validação do contrato firmado entre o banco e o requerido na Ação de Busca e Apreensão, **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, uma vez que, através de suas cláusulas ficou expressamente reconhecida a certeza e liquidez do débito e a legalidade da propositura da ação de busca e apreensão.



395
SL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ademais, por não ter dado causa aos prejuízos amargados pelos apelados, pede a sustação da sua condenação em danos morais.

VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA, na sua oportunidade, deixou transcorrer o prazo recursal *in albis*.

Contrarrazões de **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA** às fls. 91/98, 247/254 e 352/359, nas Apelações Cíveis nº 133.329-3 (Ação de Busca e Apreensão), nº 133.334-4 (Embargos de Terceiro) e nº 133.317-3 (Ação Indenizatória), respectivamente.

É o que importa relatar.

À revisão. Remetam-se, conjuntamente, os autos dos processos aqui relatados ao Eminentíssimo Desembargador Revisor, a fim de possibilitar o julgamento simultâneo dos apelos.

Recife/PE, 19 de agosto de 2013.



Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



403

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÕES CÍVEIS Nº 133.329-3, 133.334-4 E 133.317-3

APELANTE: BANCO BMC S/A

APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

REVISOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

VOTO

Entendo que as pretensões recursais externadas pela instituição financeira apelante merecem guarida em parte.

Vejamos.

Afere-se, a partir da leitura dos autos, que o ora apelante, através de Contrato de Financiamento, com Alienação Fiduciária em Garantia, cedeu o bem descrito na atrial a **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA** que, por sua vez, descumpriu o pactuado, ficando em mora com suas obrigações. Por essa razão, propôs a ação de busca e apreensão para reaver o bem dado em garantia.

Seguidamente ao deferimento da liminar e cumprimento da ordem de apreensão, com a oposição de embargos de terceiro, verificou-se que o veículo encontrava-se na posse (e propriedade) de uma terceira pessoa, os ora apelados, **EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA** e **CARLOS EDUARDO COSTA SILVA**, onde comprovaram documentalmente que haviam comprado o bem sem qualquer gravame, realizando a transferência de propriedade do veículo junto ao DETRAN competente, conforme se atesta às fls. 28, da AC 133.334-4. Propuseram os embargantes, também, ação indenizatória em razão dos supostos prejuízos sofridos.

1



404
SL

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Ora, *ab initio*, é possível afirmar que o caso dos autos encontra-se consubstanciado na Súmula nº 92 do Superior Tribunal de Justiça que apregoa: "*A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor.*".

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assim se posicionou buscando tutelar a boa-fé do terceiro, considerando a impossibilidade prática de pesquisa nos Ofícios de Títulos e Documentos acerca da existência de registros contra o vendedor do veículo.

No caso dos autos, é incontroverso que quando os apelados adquiriram o veículo não havia qualquer anotação de alienação fiduciária firmada entre a instituição financeira e **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**. Inclusive porque no Certificado de Registro do veículo já constava outro proprietário, alheio à relação jurídica firmada aqueles.

A circunstância concernente a possibilidade de haver sido suprimido fraudulentamente o gravame do Certificado de Registro do veículo, frise-se, o que não é imputado ao adquirente, não vem a afastar a incidência da referida Súmula à hipótese.

Em suma, quer por fraude, quer por inércia do credor fiduciário, o fato de não constar qualquer anotação no Certificado de Registro do veículo adquirido torna não oponível a alienação fiduciária ao terceiro de boa-fé. Sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO COMERCIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NÃO-ANOTAÇÃO NO CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. BOA-FÉ. INOPONIBILIDADE. SÚMULA Nº 92/STJ.

1. Recurso especial oposto contra acórdão que, com base na Súmula nº 92/STJ, asseverou que "o bem alienado fiduciariamente, de propriedade do credor fiduciário, pode por este ser reivindicado em embargos de terceiro, desde que o contrato de alienação fiduciária, no caso de veículo automotor, conste do registro do Departamento Nacional de Trânsito".
2. Estabelece a Súmula nº 92 desta Corte Superior: "A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do veículo automotor".
3. Agravo regimental improvido.

af



405
[assinatura]

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

(AgRg no REsp 642.357/RN, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/02/2005, DJ 11/04/2005, p. 189)

Conforme destacou o juízo *a quo*, deverá o ora apelante (credor fiduciário), pois, em ação própria, voltar-se contra o devedor fiduciante de má fé para, diante dele, ressarcir-se, visto que, o terceiro de boa fé não pode ser prejudicado pela inércia da vítima, ficando impedido de livremente dispor do bem legalmente adquirido.

Por essas razões, não merece retoque a sentença que apreciou e julgou procedente a ação de embargos de terceiro, consolidando a posse e propriedade do bem em nome dos apelados, e extinguiu, via de consequência, a ação de busca e apreensão intentada pelo ora apelante. Igualmente, mantida deve permanecer a condenação da instituição financeira pelo pagamento das custas e honorários advocatícios nos percentuais definidos pelo juiz de piso, em ambas as ações.

Voto, portanto, pela improcedências dos apelos nº 133.329-3 e 133.334-4.

Por outro lado, quanto aos danos morais a que foi condenada, entendo que tem razão a instituição financeira em sua irresignação.

No que atine a responsabilidade civil das instituições financeiras pelos danos causados aos seus consumidores (ou potenciais consumidores), a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao procedimento do art. 543-C do CPC (REsp nº 1.199.782/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011), firmou entendimento de que as instituições bancárias respondem objetivamente por danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, visto que tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. O julgado restou assim ementado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS

[assinatura]



406

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar - fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno.

2. Recurso especial provido." (REsp 1.199.782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, DJe 12/09/2011)

Com fundamento em referido precedente, em 27/6/2012 a Segunda Seção dessa mesma Corte Superior editou a Súmula nº 479, de seguinte teor: *As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.*

Assim, somente nas hipóteses excludentes previstas no art. 14, § 3º, da Lei nº 8.078/90 é que ficaria afastada a responsabilidade objetiva das instituições financeiras por fraudes praticadas por terceiros e que sejam danosas aos consumidores, dentre as quais se encontra a culpa exclusiva de terceiro, consoante se colhe da dicção do inciso II do citado dispositivo:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

(...)

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Em outras palavras, os bancos respondem pela atividade prestada com defeito ou que se realize com pontos vulneráveis para o patrimônio do consumidor, a exemplo de um delito ou fraude cometida por um terceiro que usa documentos falsificados ou que se

4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

407

apresenta com perfil falso e obtém um empréstimo. Tal circunstância não isenta o banco de pagar pelos danos consequentes do ilícito porque isso é considerado fortuito interno, isto é, não está incluído o requisito da externidade (estranha à atividade).

Doutro lado, não haverá responsabilidade alguma para o banco quando a conduta delituosa que gerou o dano é por ele imprevisível e inevitável (fortuito externo).

Foi o que ocorreu *in casu*.

Não se trata daqueles casos corriqueiros em que a instituição financeira, negligentemente, “esquece” de incluir o gravame no Certificado de Registro do veículo.

Restou comprovado, nos autos, que havia um gravame no bem e que sua baixa foi ordenada fraudulentamente pelo Juiz de Direito da Comarca de Rondon/PA, Dr. Paulo César Pedreira Amorim, numa liminar em Ação Cautelar proposta por **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA**, em provável conluio com aquele magistrado.

A venda do veículo se deu logo após a fraude, passando por sucessivos compradores até chegar às mãos dos apelados. A instituição bancária nada podia fazer para evitar a ocorrência do ilícito.

Apesar deste fato não obstaculizar a aplicação da Súmula nº 92 do STJ, tem ele o condão de inibir a condenação pelos danos advindos do ilícito à vítima.

Inclusive, tenho ciência de que mencionado juiz respondeu a diversos processos administrativos junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, atinentes, exatamente, à matéria em análise, sendo, posteriormente, aposentado compulsoriamente pelo Pleno do seu respectivo Tribunal (Fonte: JusBrasil - <http://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/19517/tj-pa-tribunal-aplica-pena-de-aposentadoria-compulsoria-a-magistrado-que-respondia-a-pad>).

Assim, por tais escólios, nos autos da AC nº 133.317-3, afasto a condenação do **BANCO BMC S/A** pelo pagamento dos danos morais, invertendo-se o ônus da

[Assinatura]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

sucumbência, mantendo-se, no entanto, a condenação do remanescente em relação a **VALDENOR RICARDO DE OLIVEIRA** que não apresentou recurso.

Diante de todo o exposto, meu voto é no sentido de dar parcial provimento ao apelo nº 133.317-3, para reformar parte da sentença, tão somente para afastar a condenação do **BANCO BMC S/A** pelos danos morais causados aos apelados, mantendo incólumes os demais termos do *decisum*. Custas e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa da Ação Indenizatória devidos pelos apelados à instituição financeira.

Improcedentes os demais apelos, nos termos anteriormente definidos.

É como voto.

Recife/PE de outubro de 2013.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª Câmara Cível

APELAÇÃO nº 133.329-3, 133.334-4, 133317-3

APELANTE: BANCO BMC S/A

**APELADOS: EMANUELA TATIANA SILVA BEZERRA E CARLOS EDUARDO COSTA
SILVA**

Relator: Des. Roberto da Silva Maia

Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

DESPACHO

Inclua-se em pauta

Revisão em mesa.

Recife, 25 de setembro de 2013


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Revisor